



Capitão Tadeu Fernandes

Informativo Eletrônico Nº 214 Agosto de 2009

Estado de Alerta – 49ª Parte Discurso GAP 12 anos

Companheiros,

Em anexo, disponibilizo meu pronunciamento na Tribuna da Assembleia Legislativa, no dia 18/08/09 (terça-feira agora), quando fiz um forte protesto sobre os 12 anos sem cumprimento da Lei da GAP. Disponível por escrito (negrito abaixo) e em áudio (via link - <http://www.capitaotadeu.com.br/mp3.php?id=9>).

Peço que neste momento, mantenhamos o Estado de Alerta e a mobilização, pois o governo não podem nem sequer imaginar que nós desistimos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, sociedade baiana, meus companheiros da PM presentes neste Plenário e no Salão Nobre: cumprimento todos aqui, principalmente meus companheiros que aqui estão por uma luta justa, por uma reivindicação antiga.

Neste momento convocamos os policiais militares para virem aqui- vários companheiros do interior do estado vieram em caravana- para protestar nesta Casa pelos 12 anos em que esta Casa aprovou uma lei, a Lei da GAP, Lei 7145, que dá diversos direitos a tropa. Esta lei lei tem 12 anos, tendo sido aprovada em 19 de agosto de 1997 pelo governador Paulo Souto. Ele mesmo não cumpriu a lei. Assume César Borges que também não a cumpriu.

Srs. Deputados, a causa da greve de 2001 foi o não cumprimento desta lei. O governador Paulo Souto assume novamente e não a cumpre. E o governador Wagner, com 2 anos e meio de governo, apesar dos meus insistentes alertas, também não cumpriu esta lei (Palmas).

Esta lei da GAP dá direito ao policial ao auxílio-acidente. Quando um policial se acidenta em defesa da sociedade esta lei dá direito a ele a um auxílio-acidente para que ele possa com um dinheiro extra comprar remédio, cadeira de roda, fazer uma fisioterapia, e há 12 anos os policiais esperando por esse auxílio-acidente. Um morreu recentemente esperando esse auxílio-acidente.

Faz 12 anos que o praça com nível superior tem direito a ascender ao oficialato no quadro complementar de oficiais. Vários praças gastaram dinheiro fazendo uma faculdade para poder crescer na carreira e não receberam. A lei dá direito à chamada GAP 4 e GAP 5 que significa quase 50% a mais no salário. São 12 anos de espera, mais de um terço da vida profissional. Vários morreram esperando esta lei e não receberam.

Estou me referindo à lei da GAP apenas como exemplo, porque os governos, todos da história, não respeitam o direito dos policiais. Mas a reivindicação não é a GAP; a reivindicação é o que está previsto na Constituição Federal: subsídio (Palmas). Eu venho aqui triste fazer isso. Mas dois anos atrás, quando a lei completou 10 anos, eu subi a esta tribuna com uma pizza para protestar, e disse: espero não ter que voltar aqui para comemorar a adolescência, completar os 12 anos. E para tristeza minha estou aqui novamente protestando.

Senhores, não trago a pizza aqui para o plenário em respeito ao nosso presidente que pediu para que não a trouxesse. Mas assim que eu acabar o meu discurso estão todos os senhores policiais, deputados e Plenário convidados para um festival de pizza lá fora. É o festival da pizza. Vamos, de forma irônica, cantar o parabéns e apagar a velinha da adolescência desta lei. É inaceitável, 12 anos esperando pelo cumprimento de uma lei com os nossos direitos. E aí devo dizer que eu também na condição de capitão tenho direito a essa lei, porque nem eu estou sendo respeitado na condição de capitão da reserva da Polícia Militar. Eu também tenho direito a esta lei e não respeitam esta lei. Hoje estou deputado, mas sou capitão até mesmo depois da morte. Tenho que lutar pelos meus direitos, porque, como dizia Ruy Barbosa, quem não luta pelos seus direitos não é digno de merecê-los. Por isso quero parabenizar todos que estão aqui para essa luta, pela busca dos seus direitos, porque

militar também é cidadão. O governador anunciou na televisão que o militar tem um regulamento, o militar tem o Código Penal Militar. É verdade, Sr. Governador. Mas o militar também tem a lei da GAP, tem o seu Estatuto também, tem a Constituição que dá os seus direitos. Os nossos governos, e não é só o atual, não, todos, só olham para o PM através dos seus deveres, mas não olha através dos seus direitos. Temos que lutar sim. Militar não tem direito a greve, arguíram isso na imprensa. É verdade. Mas a mesma Constituição que diz que militar não pode fazer greve, fala que o salário do PM é o subsídio, e não respeitam.

Cidadania é uma mão dupla, é direitos e deveres. Não pode o governo apenas exigir os deveres, tem que cumprir os deveres também.

Por isso quero declarar a todos os senhores aqui publicamente e para os nossos companheiros, cerca de 12 mil que neste momento está assistindo pela internet, 12 mil PMs estão assistindo através do nosso site, transmissão ao vivo, dirijo-me a eles naquela aquela câmara ali, o Movimento Polícia Legal, quem decide sobre ele é a tropa. (Palmas, muitas palmas nas galerias.) Se a tropa decidir que continua...

(As galerias se manifestam gritando “continua”!)

(O Sr. Presidente aciona as campainhas)

Se a tropa decidir, após o “festival de pizza”, que é uma forma irônica de protestar... Após o “festival de pizza”, nós vamos reunir a assembleia, e o que a tropa decidir terá meu apoio. Eu não vou insuflar ninguém. Não vou induzir ninguém a nada. Agora, a decisão que tomarem, a decisão que os senhores tomarem terá o meu apoio. (Palmas, muitas palmas.)

Senhores, arrolo aqui o testemunho de todos os deputados desta Casa. São doze anos cobrando essa lei da GAP. São dois anos e meio, aqui neste governo, cobrando respeito aos direitos dos policiais. Tornei-me um deputado “chato” de tanto cobrar. Mas eu avisei, é melhor que eu cobre de uma forma tranqüila do que a tropa cobre de uma forma revoltada.

Avisei ao governo: a tropa está se revoltando; os aposentados estão esquecidos; as viúvas dos PMs estão esquecidas; os PMs estão nas ruas sem coletes... E não me deram atenção! Não me deram importância. Está aí agora o Movimento Polícia Legal “balançando” a sociedade baiana. Agora estão vendo o valor que o PM tem. Rapidamente o governo anunciou a compra de três mil e 600 coletes. Precisou a reação da tropa para comprar os coletes?!

Precisou isso?! Anunciou agora a compra de quase mil viaturas. Precisou o Movimento Polícia Legal protestar nas ruas para comprar quase mil viaturas?! Precisou a mobilização da tropa em duas assembleias – uma com nove mil PMs e a outra com doze mil – para poder anunciar o curso para motoristas? Vai ser necessário a tropa continuar o movimento para o governo rever o plano de carreira, onde o soldado fica 26 anos sem ter direito a nenhuma promoção? Eu disse aqui ao governo que a lei aprovada em janeiro não iria atender as necessidades da tropa. Não fui ouvido.

A questão salarial. É verdade, sim, o governo atendeu outras categorias a mais do que a PM, por isso estou aqui para hipotecar meu apoio ao PM. Custe o que custar. Custe o meu mandato. Acusem-me de infidelidade partidária. Boicotem a minha eleição, mas não vou mudar o meu discurso que sempre tive nesta Casa. Não estou aqui fazendo meu mandato de deputado como um fim na minha vida, na minha carreira, na minha profissão. Estou fazendo um meio de trazer dignidade para a Segurança Pública, para melhorar a Segurança Pública para a sociedade, que é beneficiária de todos. Até agora o governo comprou os coletes. Parabéns. O governo vai comprar as viaturas. Parabéns. Vai treinar os motoristas.

Parabéns. Mas tem muito mais a fazer ainda, como o plano de carreira, subsídio, treinamento na área jurídica, na área de direitos humanos – porque os policiais são acusados de despreparo, mas quem tem de dar preparo aos senhores é o governo, portanto, se o policial erra, não é ele quem tem que ser acusado de despreparo, não. É o governo que não sabe treinar sua tropa.

Parabéns, e a luta continua. (Palmas, muitas palmas.)

Todos estão convidados para o “festival de pizza” agora.

Obrigado. (Palmas).

Abraços!

Capitão Tadeu Fernandes

Capitão da Reserva Remunerada da Polícia Militar, com direitos também desrespeitados pelo governo